

SC11216

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115-517844

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima-Quarta Sessão Ordinária

21 - 28 de Janeiro de 2014

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/815 (XXIV)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA QUINTA SESSÃO ESPECIAL DA CONFERÊNCIA
MINISTERIAL AFRICANA SOBRE O AMBIENTE (AMCEN)
GABERONE, BOTSWANA, 15 - 18 DE OUTUBRO DE 2013**

**RELATÓRIO DA QUINTA SESSÃO ESPECIAL DA CONFERÊNCIA
MINISTERIAL AFRICANA SOBRE O AMBIENTE (AMCEN)
GABERONE, BOTSWANA, 15 - 18 DE OUTUBRO DE 2013**

1ª PARTE: INTRODUÇÃO

(1) Antecedentes

1. O segmento ministerial da Quinta Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) foi realizado em Sun Hotel em Gaborone, de 17 a 18 de Outubro de 2013 e foi precedido por uma reunião do grupo de peritos, realizada de 15 a 16 de Outubro de 2013. A 5ª sessão especial foi realizada sob o tema "*Rumo a um Acordo em 2015: Fazer as Negociações sobre o Clima das COP 19, 20 e 21 Funcionar para África*".

(2) Objectivo da 5ª sessão especial da AMCEN

2. O objectivo principal da sessão especial era de permitir aos países africanos consolidarem ainda mais e melhorar a posição comum de negociação de África nas conversações sobre as alterações climáticas, em preparação da UNFCCC COP 19 e tendo em vista o processo em prol de um acordo sobre um novo instrumento jurídico no âmbito da Convenção até 2015. A reunião também reviu o progresso alcançado em relação ao desenvolvimento de Programas Regionais de Referência (RFP) que foram adoptados pela AMCEN na 14ª sessão regular, como um meio para contribuir para a implementação dos resultados da Conferência Rio +20 em África. Finalmente, a sessão especial analisou a estrutura em evolução e as funções da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEA) e reflectiu sobre como África poderia participar melhor no trabalho da UNEA.

(3) Participação

3. África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Comoros, Congo, Cote d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, República Centro Africana, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Quênia, Sudão, Sudão do Sul, Suazilândia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

4. A 5ª sessão especial da AMCEN também contou com a participação de representantes de organizações regionais e sub-regionais africanas, Agências das Nações Unidas, secretariados de várias convenções ambientais, organizações intergovernamentais e não-governamentais e jovens.

(4) Cerimónia de Abertura

5. O segmento ministerial foi oficialmente aberto por Sua Excelência o Tenente General Seretse Khama Ian Khama, Presidente do Botswana na quinta-feira, 17 de Outubro de 2013.

6. Os discursos de abertura foram proferidos pela Sr.^a Terezya Luoga Huvisa, Ministra do Estado para o Ambiente da República Unida da Tanzânia e Presidente da AMCEN; a Sr.^a Rhoda Peace Tumusiime, Comissária para a Economia Rural e Agricultura da Comissão da União Africana; o Sr. Ibrahim Thiaw, Director Executivo Adjunto do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA); o Sr. Anders Pedersen, Coordenador Residente das Nações Unidas no Botswana; o Sr. John Kilani, da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e o Sr. Mithika Mwenda, Secretário-geral da Aliança Pan-africana de Justiça Climática (PACJA).

7. Os outros discursos foram proferidos pela Sr.^a Connie Hedegaard, Comissária responsável pelo Clima na União Europeia; o Sr. Jacques Lapouge, Embaixador para Negociações sobre as Alterações Climáticas da França e a Sr.^a Beata Jaczewska, Vice-ministra para o Ambiente da Polónia.

(5) Assuntos Organizacionais

8. O Presidente da AMCEN presidiu o segmento e teve a assistência do Vice-presidente da AMCEN da República Democrática do Congo.

2ª PARTE: DELIBERAÇÕES E CONCLUSÕES

1. O segmento ministerial deliberou sobre os seguintes assuntos:

- (a) Preparação da nonagésima sessão da Conferência das Partes na Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
- (b) Desenvolvimento de Programas Regionais Africanos de Referência para a implementação dos resultados da Conferência Rio+20 em África;
- (c) África e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEA).

(a) Preparação da nonagésima sessão da Conferência das Partes na Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

9. Vários representantes afirmaram que os recursos financeiros, a transferência de tecnologia e a capacitação constituíam as ferramentas principais para fazer face aos efeitos das alterações climáticas e que devem ser abordados com profundidade durante a nonagésima sessão da Conferência das Partes. Os países desenvolvidos devem ser solicitados a disponibilizar recursos adicionais como parte das suas obrigações, de acordo com o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas e ajudar a incentivar a disponibilização de

financiamento e a transferência de tecnologia por parte do sector privado. A conclusão das negociações para um novo acordo mundial juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas está prevista para 2015, para ser implementado a partir de 2020 em diante. O resultado da nonagésima sessão deve, portanto, satisfazer as necessidades urgentes de África e reafirmar o apoio da comunidade internacional para o processo multilateral, sem o qual África não continuaria a ressentir-se do subdesenvolvimento e da pobreza. Era fundamental que os países africanos falassem com uma única voz na nonagésima sessão.

10. Alguns representantes realçaram a necessidade de operacionalizar o Fundo Verde para o Clima, com vista a garantir que os países africanos recebam os fundos necessários para financiar as políticas de adaptação e mitigação. Sugeriram que o Presidente da AMCEN apresentasse uma declaração em nome de todos os países africanos durante a nonagésima sessão, exprimindo preocupação sobre a demora por parte dos países desenvolvidos no lançamento do Fundo como uma janela de financiamento para a adaptação às alterações climáticas.

11. Muitos representantes afirmaram que havia uma necessidade urgente de concluir os acordos institucionais que abordassem de forma eficaz a perda e os danos ocorridos nos países em desenvolvimento, que eram especialmente vulneráveis aos impactos adversos das alterações climáticas. Realçaram igualmente a importância de clarificar a trajectória para que os países desenvolvidos honrem o seu compromisso de contribuir anualmente com 100 biliões de Dólares Americanos para os países em desenvolvimento até 2020, e concretizar o limite de 2°C de aumento da temperatura no mundo, através da redução de emissões.

12. Alguns representantes afirmaram que as negociações durante a nonagésima sessão iriam requerer uma orientação mais clara para garantir o sucesso das conversações para África, especialmente em relação aos mecanismos que abordam a perda e os danos, porque houve pontos de vista extremamente opostos sobre a questão a nível mundial. A nonagésima sessão iria criar condições para a realização da vigésima e vigésima primeira sessões. Portanto, seria fundamental que os negociadores fossem devidamente orientados para obter os benefícios necessários para o continente africano.

13. Vários representantes apoiaram a necessidade de dar mais realce aos recursos relativos às acções de adaptação e mitigação. Alguns afirmaram que a agricultura constituía elemento fundamental das economias africanas. Por isso, o sector deve centrar-se sobre as actividades de adaptação ao invés de actividades de mitigação, especialmente tendo em conta o facto de o continente ainda estar a debater-se com questões de segurança alimentar. Muitos representantes manifestaram o seu apoio à ratificação rápida das emendas ao Anexo B do Protocolo de Kyoto no seu segundo período de compromisso.

14. Vários representantes afirmaram que era necessário integrar as políticas relativas às alterações climáticas nos orçamentos nacionais e nas estruturas de governação. Os fundos recebidos até à data dos países desenvolvidos não são suficientes e o seu acesso é complicado e burocrático. Portanto, os países africanos precisam de alocar uma proporção do seu produto interno bruto para fazer face às alterações climáticas.

15. Um representante realçou a necessidade de aumento no financiamento alocado ao Fundo de Adaptação, dado que algumas instituições que foram acreditadas como entidades nacionais de implementação não receberam fundos suficientes para implementar as suas propostas. As alterações climáticas não devem tornar-se uma questão de direitos humanos como resultado das perdas causadas pelas cheias, desertificação e desmatamento. As emissões de gases com efeito de estufa eram, até ao presente, um produto secundário inevitável de desenvolvimento mas devem ser mitigadas. Um outro representante afirmou que era necessário definir os deveres de cada país em relação às acções para fazer face às alterações climáticas, bem como a responsabilidade colectiva dos países, dadas as especificidades dos diferentes países.

(b) Desenvolvimento de Programas Regionais Africanos de Referência para a implementação dos resultados da Cimeira Rio+20 em África

16. Os representantes prestaram atenção particular aos seguintes assuntos principais: a relação operacional entre a NEPAD, AMCEN e PNUA; o papel dos Programas Regionais de Referência na consolidação de uma postura de desenvolvimento sustentável para África; bem como o financiamento de programas e agrupamento das áreas do programa em cinco programas.

17. Um representante falou sobre a importância dos Programas Regionais de Referência como um factor catalisador para debate, bem como os seus resultados ao nível local que poderiam ser fundamentais no alívio ao choque e trauma social dentro das comunidades.

18. Em referência ao agrupamento das áreas do programa nos cinco Programas Regionais de Referência, vários representantes realçaram a necessidade de ter em atenção que alguns projectos eram especialmente importantes, particularmente em relação à capacitação que era vista como sendo crucial para o desenvolvimento sustentável com vista a reduzir a vulnerabilidade e contribuir para a diversificação em África.

19. Vários representantes sentiram que a estrutura e a administração dos programas regionais de referência necessitavam de explicação adicional, em particular os mandatos da NEPAD e da AMCEN, como estariam ligados ao nível do terreno e como os programas deveriam ser implementados. Um representante chamou atenção à necessidade de não ter uma estrutura administrativa pesada ao nível do topo, a qual iria afectar o trabalho realizado ao nível do terreno.

20. Todos os representantes que intervieram apresentaram o seu ponto de vista de que os Programas Regionais de Referência eram altamente relevantes e que iriam ajudar a resolver muitos problemas relacionados com as alterações climáticas no continente. Um participante enfatizou a necessidade de se adoptar uma abordagem da base para o topo, a fim de garantir o máximo impacto aos principais grupos, tais como as mulheres e os jovens em África.

21. Alguns representantes chamaram atenção sobre as iniciativas existentes e os programas - piloto nos seus países, que poderiam recair sobre os Programas Regionais de Referência, citando as áreas que incluem a eficiência energética, reflorestamento, gestão de resíduos e energias renováveis.

22. Muitos representantes falaram sobre o papel do financiamento na garantia de sucesso dos Programas Regionais de Referência. Um representante afirmou que era altura de os industriais serem convidados para participarem nos debates em mesa-redonda, para explorarem formas através das quais poderiam contribuir para os programas.

(c) África e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEA)

23. Muitos representantes afirmaram que a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente proporcionou grandes oportunidades para África, através de ligações e sinergias com outras entidades das Nações Unidas, acordos ambientais e processos levados a cabo a nível mundial. A Conferência deve incluir todas as questões importantes incluindo a biodiversidade. O PNUA poderia desempenhar um papel importante na coordenação de vários acordos ambientais multilaterais. Muitos representantes manifestaram optimismo em relação ao futuro impacto da Conferência.

2. Declaração, decisões e mensagens principais da 5ª sessão especial da AMCEN

24. Os ministérios adoptaram a Declaração de Gaborone sobre as Alterações climáticas e o Desenvolvimento de África. Também adoptaram três decisões e as mensagens principais.

A Declaração de Gaborone sobre as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento de África

25. A declaração reafirmou a adaptação como uma prioridade essencial e uma necessidade para África, e apelou aos países desenvolvidos e ao Conselho do Fundo Verde para o Clima, quando começar a funcionar, para rapidamente aumentar o apoio para a implementação de medidas de adaptação em África e os planos de adaptação nos países em desenvolvimento. Apelou para um aumento de 5% nos orçamentos nacionais para as questões relacionadas com o ambiente. Solicitou aos Estados-membros para que continuem a participar na Agenda de

Desenvolvimento Pós-2015 e a formulação de objectivos de desenvolvimento sustentável com vista a garantir uma integração eficaz das três dimensões de desenvolvimento sustentável. O comércio ilegal da fauna e da madeira foi considerado como sendo uma das principais ameaças para o desenvolvimento da região e necessita de uma acção concertada.

Decisões

26. Durante a reunião foram adoptadas três (3) decisões sobre questões ambientais:

Decisão SS.V/1 sobre Alterações Climáticas

27. Esta decisão reafirmou a posição comum africana sobre as alterações climáticas e definiu as principais mensagens, realçando a preocupação e as prioridades principais para o continente, para que sejam consideradas durante as negociações da COP 19. Enfatizou a necessidade de apoiar a posição africana através da melhor informação científica, económica e técnica. Solicitou ao Programa das Nações Unidas para o Ambiente para preparar anualmente o relatório sobre o défice de adaptação de África e apresentar as constatações do mesmo relatório às reuniões da Conferência Ministerial de África sobre o Ambiente.

Decisão SS.V/2 sobre África e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente

28. A decisão apelou ao fortalecimento da coerência e aumentou a participação entre as missões diplomáticas dos Estados-membros em Adis Abeba, Genebra, Nairobi e Nova Iorque sobre os assuntos de desenvolvimento sustentável e mandou ao grupo africano do Comité dos Representantes Permanentes para o PNUA (Nairobi), em colaboração com as missões permanentes africanas em Adis Abeba, Genebra e Nova Iorque, para preparem e avancem com uma estratégia comum para a participação de África na UNEA. A posição de África durante a UNEA será coordenada pela AMCEN com a Mesa desempenhando um papel fundamental. Os ministros solicitaram ao PNUA para reforçar as operações estratégicas e a presença regional através do fortalecimento/estabelecimento de escritórios sub-regionais em todas as cinco sub-regiões de África.

Decisão SS.V/3 sobre o Desenvolvimento de Programas Regionais de Referência

29. A decisão apelou à criação de um comité de gestão dentro da Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD, para orientar o desenvolvimento coerente geral e a implementação dos Programas Regionais de Referência. Também solicitou ao Secretariado da AMCEN, em consulta com os membros do comité de gestão, para levarem a cabo uma avaliação detalhada dos programas existentes e

outras iniciativas com vista a garantir que os Programas Regionais de Referência criem e promovam coerência e sinergias com o trabalho existente.

3. Encerramento da sessão

30. Depois da troca de cortesias costumeiras, o Presidente da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente declarou o segmento ministerial e a quinta sessão especial da Conferência encerrados às 16.30 horas, na sexta-feira, dia 18 de Outubro de 2013.

2014

Relatório Da Quinta Sessão Especial Da Conferência Ministerial Africana Sobre O Ambiente (Amcen) Gaborone, Botswana, 15 - 18 De Outubro De 2013

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4075>

Downloaded from African Union Common Repository